

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

A operação da Soflusa tem merecido do PCP uma grande atenção nos seus desenvolvimentos, o que nos levou a questionar em diversos momentos os diferentes governos de que medidas estavam a ser tomadas para a sua superação.

Recentemente, tomámos conhecimento de uma enorme degradação da situação operacional da Soflusa que, para além de várias supressões de serviço que se têm verificado, levou a novos cortes na oferta do transporte fluvial na SOFLUSA, com especial gravidade nas horas de ponta, o que veio agravar ainda mais o serviço público de transporte fluvial que liga o Barreiro a Lisboa.

Para a ocorrência desta situação, profundamente negativa para o serviço público que a empresa deve prestar às populações, foi decisivo o repetido protelamento da execução das medidas aprovadas e inscritas no Orçamento de Estado e que se caracterizam nos seguintes termos:

- a) Sobre os trabalhadores, a situação está marcada pela carência de mais de 30 trabalhadores divididos por todas as áreas, com especial preocupação para os mestres, maquinistas e marinheiros, mas também trabalhadores das áreas comerciais e de apoio aos utentes.
- b) O estado operacional da frota caracteriza-se neste momento por só o navio Jorge Sena se encontrar imobilizado em estaleiro para manutenção há três meses, sendo que com a restante frota, em face do movimento intenso a que se encontra sujeita, corre-se o risco de aumentar a imobilização esporádica por avarias.
- c) Sobre os cais de acostagem é significativo: que todos os pontões necessitem de serem intervencionados para manutenção; que em Lisboa para estarem ao serviço tenham sido prorrogados os seus certificados de navegabilidade; que para além disso o batelão São Marcos no Terminal do Barreiro, que tinha estado interdito não servindo para embarcar passageiros, esteja a ser usado para acostagem de navios à noite.
- d) As instalações do Terminal Fluvial do Barreiro carecem de obras de beneficiação urgentes e que permitam uma melhor comodidade dos utentes a par das necessárias nas instalações reservadas aos trabalhadores.

**Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo, através do Ministério do Ambiente, o seguinte:**

1. Que medidas está o Governo a considerar para a admissão imediata dos trabalhadores em falta, imprescindíveis para efetuar a operação programada?
2. Vai ou não ser desencadeado um plano de formação permanente que garanta a formação de todos os trabalhadores, e designadamente de maquinistas, no sentido de assegurar as condições para substituir os que se vão reformando?
3. Para quando a integração dos trabalhadores com vínculos precários como é o caso dos responsáveis pela amarração dos navios e que não foram considerados no PREVPAP mas que se mantêm ao serviço, alguns deles há dezenas de anos?
4. Para quando o início da manutenção dos batelões em causa, de modo a garantir a sua plena operacionalidade?
5. Para quando a reconstituição dos serviços próprios de manutenção, no sentido de assegurar uma resposta pronta aos diversos problemas que se colocam à operação quotidiana e o estabelecimento de um nível mínimo de materiais consumíveis e de sobressalentes necessários à operação regular?
6. Para quando o lançamento das obras necessárias (previstas no OE) a realizar no Terminal do Barreiro?

Palácio de São Bento, 15 de maio de 2019

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)  
FRANCISCO LOPES(PCP)  
PAULA SANTOS(PCP)